

Secretaria da Cultura

CCTG

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 15 DE 20/04/2023

ORGÃO - CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA

| NOME/RG | LF | CARGO | PROTOCOLO | DIAS | PERÍODO AQUISITIVO | FRUIÇÃO |
|------------------|----|--------|-----------|------|-----------------------|-----------------------|
| MARCELO ESPOSITO | 1 | NAXVII | 203710852 | 90 | 21/12/1997 20/12/2002 | 08/05/2023 05/08/2023 |

41167/2023

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

Resolução nº 058/2023 – SEDEF

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 003/2023, de 1º de janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto nº 021/2023, de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Criar a Coordenação Norte da Macrorregião Metropolitana de Curitiba e demais municípios da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família, ficando como responsável a servidora Izabeti Cristina Pavin, RG nº 2.081.968.

Parágrafo único: Fazem parte da macrorregião Norte os municípios Doutor Ulysses, Cerro Azul, Adrianópolis, Tunas do Paraná, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Campo Largo, Campo Magro, Almirante Tamandaré, Colombo, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Pinhais, Piraquara, Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Ponta do Paraná, Matinhos, Guaratuba, Ponta Grossa, Castro, Carambeí.

Art. 2º A Coordenação da Macrorregião tem como competência a representação e interlocução desta Pasta com os municípios constantes da referida região e entidades do terceiro setor e organizações da sociedade civil, com o intuito de promover a integração das suas ações na execução das Políticas Estaduais do Desenvolvimento Social e Família e demais competências da Pasta.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 20 de abril de 2023.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

41082/2023

Resolução nº 059/2023 – SEDEF

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 003/2023, de 1º de janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto nº 021/2023, de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Criar a Coordenação Sul da Macrorregião Metropolitana de Curitiba e demais municípios, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família, ficando como responsável a servidora Luciane Maira Teixeira, RG nº 3.539.766-3.

Parágrafo único: Fazem parte da macrorregião Sul os municípios São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Fazenda Rio Grande, Mandrituba, Agudos do Sul, Araucária, Contenda, Quitandinha, Piên, Campo do Tenente, Rio Negro, balsa Nova, Ipa, Antonio Olinto, São Mateus do Sul, Porto Amazonas, Palmeira, São João do Triunfo, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Rebouças, Irati, Rio Azul, Mallet, Paulo Frontin, Paula Freitas, União da Vitória, Porto Vitória, Cruz Machado.

Art. 2º A Coordenação da Macrorregião tem como competência a representação e interlocução desta Pasta com os municípios constantes da referida região e entidades do terceiro setor e organizações da sociedade civil, com o intuito de promover a integração das suas ações na execução das Políticas Estaduais do Desenvolvimento Social e Família e demais competências da Pasta.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 20 de abril de 2023.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

41083/2023

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

RESOLUÇÃO CEMA 123, de 18 de abril de 2023

Súmula: Defere o licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental para o Município de Fazenda Rio Grande, com as tipologias constantes no Anexo I da Resolução CEMA 110/2021, com exceção dos Grupos de Atividades "1. Extração Mineral", "3. Atividades Industriais" e da Atividade Específica "5.2 Barracão para transbordo e triagem de resíduos recicláveis".

O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 7.978, de 30 de novembro de 1984 e Lei nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, pelo Decreto nº 4.447, de 12 de julho de 2001 alterado pelo Decreto nº 8.690, de 03 de novembro de 2010 e revigorado pelo Decreto nº 6747 de 01 de fevereiro de 2021, e

CONSIDERANDO:

- A Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, fixou normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora, alterando ainda a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; - o disposto na alínea "a", inciso XIV, art. 9º da Lei Complementar nº 140/2011, que atribui ao Município a promoção do licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade;

- A edição da Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA 110/2021, de 04 de maio de 2021, que revogou a Resolução CEMA 088/2013, e estabeleceu critérios, procedimentos e tipologias de atividades, empreendimentos e obras que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, para fins de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental pelos órgãos municipais de meio ambiente, de acordo com o Anexo I, integrante da Resolução;

- Ainda o disposto no art. 18º da Resolução CEMA 110/2021, que dispõe que os Municípios que estão exercendo a gestão dos recursos ambientais e o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos conforme tipologias definidas pela Resolução CEMA 088/2013, deverão adequar-se a esta norma, no prazo de seis (06) meses, rerepresentando toda a documentação constantes nesta Resolução;

- A manifestação de interesse do Município de Fazenda Rio Grande, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, na continuidade da gestão do licenciamento, de acordo com o Anexo I da Resolução CEMA 110/2021;
- O cumprimento do art. 3º da citada Resolução, atestado pelo Parecer Jurídico da SEDEST, vistoria *in loco* e Parecer Técnico conclusivo do Instituto Água e Terra - IAT confirmando a infraestrutura existente no Município para o licenciamento, monitoramento e fiscalização;
- A decisão do Diretor Presidente do IAT, acostada às fls. 662/663, mov. 45, do protocolado 18.940.103-5, que deferiu o requerimento da Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande pela continuidade da gestão de licenciamento, monitoramento e fiscalização nos termos da Resolução CEMA 110/2021, assim como a Informação da Gerência de Licenciamento Ambiental do IAT, acostada às fls. 653 a 655, mov. 39, do mesmo protocolado, e;
- Os termos do inciso I, do § 2º, do art. 4º Resolução CEMA 110/2021, que cabe ao Presidente do CEMA a deliberação final e a emissão do Certificado Ambiental indicando as tipologias que o Município está apto a licenciar de acordo com o Anexo I.

RESOLVE:

Art. 1º Deferir, nos termos da Resolução CEMA 110/2021, o licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental para o Município de Fazenda Rio Grande, as tipologias constantes no Anexo I da citada Resolução, com exceção dos Grupos de Atividades "1. Extração Mineral", "3. Atividades Industriais" e da Atividade Específica "5.2 Barracão para transbordo e triagem de resíduos recicláveis".

Art. 2º Expedir o Certificado Ambiental, conforme art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Dar conhecimento ao IAT, IBAMA, Câmaras Municipais e ao Ministério Público (Estadual e Federal), deste deferimento.

Art. 4º Publicar no D.I.O.E, bem como no sítio eletrônico oficial do CEMA/SEDEST/IAT, a presente Resolução e o Certificado Ambiental.

Art. 5º Encaminhar o procedimento que deu origem a esta Resolução ao IAT, para a gestão e acompanhamento do licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental do Município de Fazenda Rio Grande.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de abril de 2023.

VALDEMAR BERNARDO JORGE
Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente



41583/2023

Portaria nº 21353/2023/OD-GOUT. Prot. 18.965.254-2. Captação subterrânea. Outorgado(s) AVENORTE AVICOLA CIANORTE LTDA - CPF/CNPJ 01.682.147/0001-71. Ivaí. Coordenadas UTM 7.377.768,95 N 335.099,72 E. Validade 6 anos. Finalidade Limpeza, Combate a incêndio, Lazer com captação, Processo fabril. Vazão máxima outorgada 11.00 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Cianorte. Esta portaria revoga a portaria nº 3297/2019.

41191/2023

Portaria nº 21234/2023/OD-GOUT. Prot. 20.154.367-3. Captação superficial. Outorgado(s) PAULO EDUARDO PADOVANI - CPF/CNPJ 042.731.499-23. Rio Tormenta. Iguazu. Coordenadas UTM 7.209.554,00 N 272.633,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 100.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Catanduvas. Esta portaria revoga a portaria nº 10036/2021.

41201/2023